



volts
SEGURADORA

VOLTS SEGURADORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025

Relatório da Administração e
Relatório dos Auditores Independentes



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da **VOLTS SEGURADORA S.A.**, acompanhada das respectivas Notas Explicativas, do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Mensagem da Administração

A administração continua confiante na manutenção dos pilares da economia brasileira, através do atual cenário de estabilidade e otimismo da sociedade brasileira e tal a confiança nesses preceitos, fará fazer florescer novos investimentos ao mercado, apostando na livre concorrência e no livre mercado.

Ao longo de 2025, a Companhia deu início às suas operações, em setembro, marcando um novo e relevante capítulo em sua trajetória. Mesmo em seus primeiros meses de atuação, foram implementados importantes aprimoramentos em produtos e sistemas, além do estabelecimento de parcerias estratégicas e da ampliação das frentes de atuação, consolidando as bases para um crescimento sustentável e estruturado.

A Administração reafirma seu compromisso com o planejamento estratégico traçado para este ciclo inicial, mantendo foco na melhoria contínua da estrutura de sistemas, governança e controles internos. Esse direcionamento assegura suporte eficiente às demandas do mercado, solidez operacional e preparação adequada para o crescimento gradual dos volumes de negócios, sempre pautado pela prudência, qualidade técnica e excelência no atendimento aos segurados e parceiros.

Descrição dos Negócios

VOLTS SEGURADORA S.A., é uma sociedade anônima fechada e tem sua sede no Estado de Minas Gerais e foi autorizada através da Portaria Nº 74 de 12 de Julho de 2025 a operar todos os ramos de seguros, nas regiões 3,4, 6 e 8 (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Continuidade Operacional

As emissões de apólices no segundo semestre de 2025 permitiram que a seguradora alcançasse superávit no exercício, iniciando sua trajetória de crescimento. Mantendo-se firme em seus propósitos e valores, a companhia segue comprometida em 2026 com a geração de receita de forma responsável, por meio da criteriosa seleção de riscos e do rigoroso controle de despesas, garantindo solidez financeira e conformidade regulatória.

A Volts também continuará investindo em governança corporativa, inovação tecnológica e aprimoramento de controles internos, garantindo solidez financeira, conformidade regulatória e criação de valor sustentável para seus segurados, parceiros e acionistas.

Capacidade Financeira

A **Volts Seguradora S.A.** mantém uma base financeira sólida, compatível com suas obrigações junto a segurados, parceiros e órgãos reguladores, seguindo princípios de prudência, diversificação e liquidez. Investimentos em títulos disponíveis para negociação garantem liquidez imediata, enquanto os títulos mantidos até o vencimento cobrem as reservas técnicas, assegurando recursos para compromissos futuros. A companhia monitora continuamente solvência, capital regulatório e riscos, reforçando transparência, solidez e confiança em suas operações.”

Governança Corporativa

A Diretoria Executiva da empresa tem como atribuição, garantir o cumprimento do Estatuto Social, sempre observando os princípios de boas práticas de seguros e de governança corporativa. Aprimoramos constantemente nossos mecanismos e ferramentas de governança corporativa para garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado, a transparência na gestão e na prestação de contas à sociedade, a gestão de riscos e a ética nas relações com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios. Nossa busca pela excelência em governança corporativa não é uma meta que possamos alcançar e simplesmente parar. É um compromisso constante, uma jornada em evolução que requer dedicação contínua e adaptação às mudanças do ambiente de negócios.

Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

Em um mundo empresarial dinâmico e em constante evolução, reconhece-se que o controle interno e o compliance são pilares fundamentais para o sucesso e a continuidade de uma empresa. Além disso, a companhia conta com normas e manuais que norteiam sua operação, assegurando a conformidade e a padronização dos processos. Adicionalmente, a importância de identificar e gerenciar riscos de maneira eficaz garante sua sustentabilidade e prosperidade. Ao avaliar continuamente a exposição a riscos e implementar medidas de controle adequadas, a empresa se fortalece para enfrentar adversidades e maximizar seu potencial de crescimento. A dedicação de todos os envolvidos no gerenciamento dos riscos permite que a organização se adapte a novas circunstâncias de maneira mais eficaz, ágil e com report tempestivo à alta gestão, facilitando a tomada de decisão.

Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

No âmbito da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), o compliance legal da empresa é mais do que uma obrigação regulatória; é uma expressão tangível de seu compromisso com a ética, a integridade e a responsabilidade. Como parte desse compromisso, a companhia exige que todos os seus funcionários possuam certificação em PLD/FT, garantindo que estejam capacitados para identificar, prevenir e reportar atividades suspeitas. A decisão de adotar as melhores práticas nesse campo reflete a busca contínua por operações transparentes, conduta ética e contribuições positivas para a sociedade. A empresa está ciente dos desafios, mas também das oportunidades que essa abordagem traz para aprimorar sua operação e fortalecer um ambiente global mais transparente e responsável.

Prevenção a Fraude

A Política Institucional de Conduta tem como um dos objetivos orientar e disseminar na empresa o Código de Ética da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código. Agiremos com firmeza para construir e manter uma cultura de integridade, ética e transparência que seja intransigente contra qualquer forma de fraude.

Segurança e Privacidade das Informações

Estamos empenhados sempre no compromisso contínuo com a proteção da privacidade e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Nossos esforços estão em garantir que suas informações pessoais sejam tratadas com o mais alto grau de cuidado, respeito e segurança.

A LGPD representa um marco importante em nossa jornada para proteger a privacidade dos nossos clientes e parceiros. A privacidade destes dados são uma prioridade absoluta para nós e desempenha um papel fundamental na construção e manutenção da confiança depositada em nossa empresa.

Nossa dedicação à proteção da privacidade está enraizada em nossa busca constante por excelência e confiança. Acreditamos que aderir aos mais altos padrões de privacidade não apenas atende aos requisitos legais, mas também reforça nosso compromisso com a ética e a responsabilidade corporativa.

Ouvidoria

A Área de Ouvidoria da **VOLTS SEGURADORA S.A.** tem como principal função estreitar o relacionamento com os clientes, mediante a defesa dos seus direitos. Na nossa jornada rumo à excelência, valorizamos a oportunidade de ouvir vocês. Continuamos comprometidos em aprimorar nossos produtos, serviços e relacionamento, garantindo que cada interação conosco seja positiva e significativa.

Na Volts Seguradora, cada contato é encarado como uma oportunidade de aproximar a empresa de seus clientes, promovendo interações construtivas, transparentes e significativas, em linha com nosso objetivo de excelência em atendimento e relacionamento.

Agradecimentos

Agradecemos, o apoio e a confiança de nossos acionistas, clientes, fornecedores, corretores e representantes, assim como, agradecemos também, aos nossos colaboradores pela dedicação prestadas, especialmente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expressamos o nosso reconhecimento profissional pelo apoio e orientação prestados, contribuindo sempre de forma positiva, para os objetivos da seguradora.

Cada parceria, cada feedback e cada interação nos motivam a continuar aperfeiçoando produtos, serviços e processos, garantindo que a Volts Seguradora se mantenha como uma empresa confiável, ética e comprometida com a excelência.

Quem cuida de você, cuida da sua história. Conte com a Volts!

Belo Horizonte, MG, 26 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL


Exercício findo em 31/12/2025 em milhares de reais

| ATIVO | Nota | 2025 |
|--|-------------|---------------------|
| Circulante | | <u>3.392</u> |
| Aplicações financeiras | 6 | 3.368 |
| Títulos e créditos a receber | 8 | 24 |
| Créditos tributários e previdenciários | 8.1 | 24 |
| Não circulante | | <u>2.100</u> |
| Realizável a longo prazo | | 2.100 |
| Total do ativo | | <u>5.492</u> |

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31/12/2025 em milhares de reais

| PASSIVO | Nota | 2025 |
|--|-------------|---------------------|
| Circulante | | <u>33</u> |
| Contas a pagar | | 30 |
| Obrigações a pagar | 10 | 9 |
| Impostos e contribuições | | 21 |
| Provisões técnicas | 11.1 | 3 |
| Patrimônio líquido | | <u>5.459</u> |
| Capital Social | 12 | 2.200 |
| Aumento de capital em aprovação | 12 | 3.255 |
| Reservas de lucros | 12.2 | 4 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>5.492</u> |



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Exercício findo em 31/12/2025 em milhares de reais

| | Nota | 2025 |
|--|-------------|-------------|
| Prêmios emitidos líquidos | | 41 |
| Prêmios ganhos | 15.1 | 41 |
| Sinistros ocorridos | 15.2 | (3) |
| Despesas administrativas | 15.3 | (31) |
| Despesas com tributos | 15.4 | (135) |
| Resultado financeiro | 15.5 | 136 |
| Resultado operacional | | 8 |
| Resultado antes dos impostos e participações | | 8 |
| Imposto de renda | 16 | (1) |
| Contribuição social | 16 | (1) |
| Lucro / Prejuízo do exercício | | 6 |
| Quantidades de ações | | 2.200.000 |
| Lucro / Prejuízo por ação atribuível aos acionistas - básico e diluído (expresso em R\$ por ação) | | 0,00 |

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO

Exercício findo em 31/12/2025 em milhares de reais

| | 2025 |
|---|----------|
| Lucro / Prejuízo do exercício | 6 |
| Outros resultados abrangentes | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 6 |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31/12/2025 em milhares de reais

| | Nota | Capital social | Aumento em aprovação | Reserva estatutária | Lucros / Prejuízos acumulados | Total |
|-------------------------------------|------|----------------|----------------------|---------------------|-------------------------------|--------------|
| Saldos em 31/12/2024 | | - | | | - | - |
| Constituição de capital em | | 2.200 | | | | 2.200 |
| Aumento de capital em 2025 | | | 3.255 | | | 3.255 |
| Lucro do exercício | 12.4 | | | | 6 | 6 |
| Constituição de reserva estatutária | | | | 4 | (4) | 0 |
| Dividendos propostos | 12.3 | | | | (2) | (2) |
| Saldos em 31/12/2025 | | 2.200 | 3.255 | 4 | - | 5.459 |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercício findo em 31/12/2025 em milhares de reais

| | Nota | 2025 |
|---|------|----------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro do exercício | | 6 |
| Ajuste para | | |
| Provisões técnicas líquidas de ativos de resseguros | | (3) |
| Créditos fiscais e previdenciários | | (13) |
| Lucro / Prejuízo ajustado | | (10) |
| Variação nas contas patrimoniais | | |
| Ativos Financeiros | 6 | (5.465) |
| Ativo fiscal diferido | | (11) |
| Obrigações a pagar | | 11 |
| Impostos e contribuições | | 24 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | (5.451) |
| Imposto de renda e contribuição pagos | | (3) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | (5.454) |
| Atividades de investimento | | |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | | 0 |
| Atividades de financiamento | | |
| Constituição/aumento de capital social | 12 | 5.456 |
| Distribuição de dividendos | | (2) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento | | 5.454 |
| Aumento / (Redução) líquido de caixa equivalentes de caixa | | 0 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 0 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 0 |

VOLTS SEGURADORA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDO EM
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **VOLTS Seguradora S.A.** (“VOLTS” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechada, inscrita no CNPJ sob o nº 61.563.788/0001-39, e está estabelecida na R PARAIBA, 330 – ANDAR 21 – FUNCIONARIOS – Belo Horizonte/MG, CEP 30130-917. Foi constituída em 02 de julho de 2025, sob a forma de sociedade anônima. A Companhia obteve autorização para operar como seguradora de danos e pessoas em todo o território nacional por meio da Portaria DIORE/SUSEP nº 002, de 02 de julho de 2025, atuando nos ramos não vida e vida. As operações de comercialização de seguros efetivamente iniciaram.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com a Circular nº 648/21 e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2026.

II) Continuidade As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. A Administração julgou que a Companhia tem condições de continuar operando normalmente.

III) Base para mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção do seguinte item reconhecido nas demonstrações contábeis: Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

IV) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e são expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A conversão de transações em moedas estrangeiras para a moeda funcional da Companhia é realizada utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações.

V) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos na determinação das estimativas contábeis críticas, com destaque para: (I) valor justo dos instrumentos financeiros, (II) da provisão para o risco de crédito, (III) dos créditos tributários a serem registrados, (IV) das provisões técnicas e (V) provisão para passivos judiciais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas são revistas de uma maneira contínua.

VI) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando verificadas as seguintes premissas: espera-se que o ativo seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

VII) Adoção de novas normas e interpretações

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros, veio como substituto do CPC 38 e a SUSEP passou a recepcionar em seu arcabouço regulatório a partir de janeiro de 2025, conforme requisitos estabelecidos na Circular SUSEP 678 de 10 de outubro de 2022. No CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e, conseqüentemente, sua mensuração e reflexo no resultado do exercício dependiam exclusivamente da intenção da supervisionada. Com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros passa a considerar tanto as características de fluxos de caixa contratuais do ativo quanto o modelo de negócios adotados para a sua gestão. Além disso, houve uma alteração da nomenclatura das classificações aplicáveis, que agora são: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). Embora haja semelhanças entre as classificações das duas normas, o critério principal para a classificação dos ativos financeiros deixou de ser a intenção da supervisionada e passou a ser o modelo de negócios, aplicado aos ativos que atendem ao teste de somente principal mais juros. A Companhia avaliou a classificação de seus Ativos Financeiros e não identificou mudanças significativas, uma vez que a principal alteração se refere à classificação dos instrumentos financeiros conforme modelo de negócios adotado. Para o reconhecimento das perdas por Redução ao Valor Recuperável (RVR), a Companhia adota os requisitos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, que introduziu o modelo de perda de crédito esperada, alinhado à aprovação do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. As perdas de crédito esperadas representam a estimativa de perdas financeiras associadas ao risco de não recebimento de um ativo financeiro ao longo do tempo. Essas estimativas são baseadas em variáveis como dados históricos, risco de inadimplência e tendências futuras. A Circular SUSEP nº 678/2022 determinou que, a partir de 2025, as entidades supervisionadas elaborem um estudo técnico para avaliar a Redução ao Valor Recuperável, considerando o impacto da perda de ativos financeiros.

VIII) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

I) CPC 50 - Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O normativo será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

II) CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis

Em outubro de 2025 a Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC tornou pública a aprovação do CPC 51- Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis que estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis com o objetivo de garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade. O CPC 51 substituiu o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações

contábeis e entrará em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As principais mudanças do normativo são: Definição de nova estrutura de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, divulgação de medidas de desempenho e alterações na apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC. O normativo será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

III) Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023, aprovada em dezembro de 2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo, reformulando profundamente o modelo brasileiro de tributação de bens e serviços. A EC 132/2023 estabeleceu as bases para a substituição dos principais tributos indiretos atuais por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, resultante do Projeto de Lei Complementar 68/2024, que regulamenta grande parte da reforma tributária sobre o consumo prevista na EC 132/2023. A LC 214/2025 instituiu formalmente o IBS, a CBS e o IS, criou o Comitê Gestor do IBS e estabeleceu diretrizes detalhadas sobre a operacionalização dos novos tributos.

O processo de regulamentação da Reforma Tributária avançou ainda mais com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar 108/2024, que trata da estruturação e do processo administrativo do Comitê Gestor do IBS, além de consolidar regras para fiscalização, lançamento e transição das alíquotas do novo imposto. O texto aprovado representa o segundo eixo regulatório essencial da reforma e agora aguarda sanção presidencial.

Além das normas já promulgadas e aprovadas, novas propostas continuam tramitando no Congresso. Após a publicação da LC 214/2025, foram apresentados novos Projetos de Lei Complementar (PLPs) buscando ajustes e aprimoramentos específicos na legislação recém-criada, demonstrando que o processo regulatório segue em evolução e debate técnico intenso.

Diante desse cenário, e considerando que ainda existem regulamentações complementares a serem editadas, não é possível estimar, neste momento, os impactos definitivos da reforma tributária para a Companhia. Assim, permanecemos acompanhando atentamente a tramitação legislativa e as futuras normatizações vinculadas ao novo sistema tributário.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

A) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo; incluem-se nesse conceito as aplicações em títulos de liquidez imediata e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de aproximadamente 90 dias, a contar da data do balanço.

B) Reconhecimento de receita

Os prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e são reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando-se o transcurso da vigência do risco. Os saldos relativos aos riscos vigentes, mas não emitidos, são calculados com base em metodologia atuarial. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; a receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros.

C) Instrumentos financeiros

• **Ativos financeiros:** a Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

I - Custo amortizado (CA);

II - Valor justo por meio do resultado (VJR) e

III - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A definição da categoria ocorre no momento do reconhecimento inicial, conforme estabelecido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Esse normativo que introduziu o conceito de modelo de negócio e a avaliação das características dos fluxos de caixas contratuais, considerando se os pagamentos são compostos exclusivamente por principal e juros.

I - Custo amortizado (CA): São classificados nessa categoria os títulos e valores mobiliários mantidos com o objetivo de gerar fluxos de caixa contratuais previsíveis até o vencimento, sem intenção de vendê-los antes disso. Esses ativos são inicialmente registrados pelo valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os recebíveis não derivativos, com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Na Companhia, os recebíveis incluem, principalmente, “Créditos das operações com seguros e resseguros” e “Títulos e créditos a receber”.

II - Valor justo por meio do resultado (VJR):

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado, exceto quando classificados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme determinado pelo CPC 48. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria caso seja classificado como mantido para negociação no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos, alinhados à estratégia de investimentos e gestão de riscos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e as variações nesse valor são reconhecidas no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, por não atenderem ao critério de fluxo de caixa (somente pagamento de principal e juros), são obrigatoriamente mensurados nesta categoria.

III - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):

Títulos e valores mobiliários não derivativos quando mantidos com a intenção de atingir o objetivo tanto por meio de fluxos de caixas quanto pela venda, são classificados como “Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”. Esses ativos são contabilizados pelo valor de mercado, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, os quais são reconhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos não realizados. Quando o investimento é realizado, o saldo acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período. • Determinação do valor justo: os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação

Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos fundos de investimento é determinado com base no valor unitário das respectivas quotas na data de encerramento do balanço, conforme apurado e informado pelos gestores de cada fundo. As aplicações financeiras são custodiadas e são registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) ou na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S/A.

D) Ativos e passivos de resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. As perdas por impairment, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, considerando também os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores. A experiência em relação ao impairment de resseguros está sendo formada pela VOLTS em virtude de seus primeiros anos de operação.

E) Custos de aquisição diferidos

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

F) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios, equipamentos e instalações utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens capitalizáveis e à colocação do ativo em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado, ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado reconhecimento das perdas por Redução ao Valor somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item do ativo venham a fluir para a Companhia e quando o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos:

| Grupo de ativo | Vida útil estimada | Depreciação ao |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Equipamentos | 5 anos | 20 |
| Móveis e utensílios | 10 anos | 10 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 5 anos | 20 |

G) Ativo intangível

Composto por gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo os custos de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis e quando existir a intenção e os

recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos:

| Grupo de ativo | Vida útil estimada | Amortização ao ano (%) |
|-----------------------|---------------------------|-------------------------------|
| Intangível | 5 anos | 20 |

H) Redução ao valor recuperável:

I - Ativos financeiros A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se: • Houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda” incorrido), e • Este evento de perda tiver impacto, que possa ser razoavelmente estimado, no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Não foi observada por meio de avaliação a ausência de teste durante o exercício. Redução ao valor recuperável de prêmios a receber: A Companhia realiza a análise da redução ao valor recuperável dos prêmios a receber com base na avaliação detalhada do perfil dos agrupamentos de prêmios e na estimativa da probabilidade de inadimplência, utilizando o modelo de taxa de rolagem. Este modelo, fundamentado na probabilidade de inadimplência de cada grupo de prêmios ao longo do tempo, permite à Companhia uma projeção mais precisa e robusta do risco de inadimplência, garantindo a constituição adequada das provisões contábeis para perdas de crédito esperadas, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A redução ao valor recuperável é reconhecida com base nas faixas de aging dos prêmios a receber, aplicando-se exclusivamente a riscos decorridos, ou seja, considerando os valores líquidos de PPNG (Provisão para Prêmios Não Ganhos). Redução ao valor recuperável de ativos de resseguros: A Companhia realiza a análise de possíveis cenários que possam comprometer a recuperabilidade dos prêmios de resseguro e retrocessão diferidos. As principais situações consideradas incluem: • Deterioração financeira do ressegurador: Rebaixamento de classificação de crédito, insolvência ou falência. • Descumprimento contratual: Atrasos sistemáticos ou inadimplemento dos pagamentos. • Mudança regulatória ou legal: Restrições legais que dificultem ou impeçam os pagamentos. • Reestruturação ou liquidação do ressegurador: Medidas que impactem a capacidade de pagamento. • Fraude ou problemas operacionais: Falhas na governança do ressegurador. • Eventos macroeconômicos severos: Crises financeiras globais ou setoriais. Até a data de 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou situações que comprometam a recuperabilidade dos prêmios de resseguro diferido. Redução ao valor recuperável de ativos de sinistros pagos a recuperar: A Companhia realiza a análise da redução ao valor recuperável dos sinistros pagos a recuperar por meio da aplicação do modelo de persistência dos créditos, que considera o comportamento histórico dos créditos e a projeção da sua recuperação ao longo do tempo. Este modelo permite avaliar a recuperabilidade dos créditos com base em análises de séries temporais e probabilidades de pagamento, e determinar a necessidade de constituição de provisões para perdas esperadas, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

II - Ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

I) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da regulação aplicável ao mercado segurador, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados nas Notas Técnicas Atuarias (NTA) de provisões técnicas. A Companhia, observando as normas vigentes, constitui as seguintes provisões técnicas:

I - Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): é constituída com a finalidade de cobrir sinistros a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes e registrados na data-base. É calculada observando-se as normas vigentes e de acordo com o indicado na NTA.

II - Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE): é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa atuarial baseada no histórico da Companhia em relação as propostas efetivadas, mas ainda não emitidas e nas diferenças entre datas de emissão da apólice e início de vigência, conforme a NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.

III - Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): é constituída de acordo com a melhor estimativa disponível dos compromissos futuros com pagamento de sinistros, em montante determinado com base nas notificações de sinistros recebidas, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato, ajustada periodicamente com base nas análises feitas pela área responsável e na metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência e ao se constatar alguma insuficiência significativa, a Companhia constituirá Provisão para Sinistros Ocorridos, mas Não Suficientemente Avisados (IBNER).

IV - Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud): é constituída para cobertura dos valores esperados relativos aos sinistros que estão sendo discutidos judicialmente. É realizada individualmente para cada caso e segue as normas determinadas pela regulação do mercado segurador e a metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.

V - Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR): são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos, e para ajustar de forma global a PSL. Os cálculos seguem as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA. As provisões são avaliadas regularmente através de testes de consistência.

VI - Provisão para Sinistros Ocorridos, mas Não Suficientemente Avisados (IBNER): são constituídas para a cobertura dos valores esperados relativos à insuficiência na constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. Os cálculos seguem as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA. As provisões são avaliadas regularmente através de testes de consistência.

VII - Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas pela regulação do mercado segurador e segundo a metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.

J) Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A supervisionada por estar classificada como S4, está desobrigada a realizar o Teste de Adequação de Passivos na data de 31 de dezembro de 2025.

K) Provisões e passivos contingentes

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e para os quais uma estimativa razoável dos respectivos valores possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31 de dezembro de 2025, não havia ativos contingentes a reconhecer nem a informar.

L) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil no exercício e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota 15%, destacando-se em notas explicativas eventuais isenções tributárias. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações contábeis e serão desconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

M) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4% na forma da legislação vigente.

N) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. A

Companhia pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido.

O) Resultado por ação

O lucro (ou prejuízo) por ação é calculado pela divisão do lucro (ou prejuízo) líquido atribuído aos controladores da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias em cada exercício. O montante do lucro (ou prejuízo) por ação foi determinado como se todos os lucros (ou prejuízos) fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – Resultado por ação.

P) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.

I - Prêmios emitidos: Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria, conforme consta da Nota Técnica Atuarial (NTA). Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

II - Comissão de corretagem e comissão diferida: As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

III - Sinistros: Os sinistros são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado.

IV - Participações nos lucros: O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado, atualmente, no Acordo Coletivo da categoria dos securitários.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. Abaixo apresentamos informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um destes riscos:

A) Risco de seguro ou subscrição

Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de subscrição apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia possui critérios de aceitação e de precificação de contratos de seguro, específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro em que a Teoria da Probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Para mitigar o risco de subscrição, a Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de subscrição incluem: a diversificação geográfica dos riscos assumidos; a diversificação por linha de negócio, objetivando a construção de uma carteira de negócios balanceada; a diversificação por tipo de cliente, fator relevante para microsseguros. • Concentração de risco: a potencial exposição aos riscos de concentração de seguro são monitoradas, por meio de análises de determinadas áreas geográficas, utilizando-se uma série de

premissas sobre as características potenciais da exposição ao risco. • Sensibilidade do risco de seguro: o risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros, bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. A seguir, algumas práticas da Companhia para mitigação do risco de subscrição:

• Política de subscrição: os elementos-chave da política de subscrição são:

I - Manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriada;

II - Acompanhamento permanente da qualidade dos negócios;

III - Utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, sinistros e outras experiências estatísticas para que se possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa. Para o gerenciamento do risco de subscrição a Companhia mantém mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas e normas internas, tendo como objetivo final desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Política de Subscrição abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e as premissas técnicas e atuariais. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto, bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. • Política de transferência de riscos: como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela Companhia, foi definida a Política de Transferência de Riscos, a qual é revisada, no mínimo, de dois em dois anos. As diretrizes para transferência de riscos contêm, entre outras disposições, os riscos a serem ressegurados ou mitigados, considerando limites de retenção e aceitação por linha de negócio, critério mínimos para aceitação dos resseguradores e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguro firmados são das modalidades proporcional e não proporcional, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica; adicionalmente, são feitas contratações de resseguro facultativo para gerenciamento do risco de severidade da perda de determinados negócios. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP, em conformidade com a legislação vigente.

B) Risco de crédito

A Administração possui práticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, além de monitoramento do risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Companhia dispõe das seguintes práticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de crédito: • Gerenciamento do risco de crédito da Companhia, pelo qual eventuais transgressões a limites de exposição são apresentadas para a Administração da Companhia. A pertinência das práticas de gerenciamento do risco de crédito e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. • Os limites líquidos de exposição são monitorados para cada contraparte ou grupos de contrapartes, segmentos por área geográfica ou setor (ou seja, são estabelecidos limites para investimentos, depósitos à vista, exposições cambiais e classificação mínima de risco de crédito para investimentos que podem ser mantidos). • O resseguro é realizado com contrapartes que possuem boas classificações de crédito e a concentração de risco é evitada mediante a observância das orientações previstas na política relacionada aos

limites das contrapartes e revisados com frequência. A Administração da Companhia realiza uma avaliação de crédito das resseguradoras e atualiza a estratégia de contratação de resseguro, ao mesmo tempo apurando uma provisão adequada para redução no valor recuperável quando necessário. • O risco de crédito atribuído aos saldos de clientes, incorridos a partir da falta de pagamento, são individualizados para os contratos firmados pela Companhia. Caso não ocorra o pagamento de uma determinada parcela, o contrato de seguro em questão poderá ser cancelado, com o consequente cancelamento do período de risco a decorrer, sem prejuízos para a Companhia, ou endossado, para ajuste da importância segurada ao montante de prêmio efetivamente pago. O quadro a seguir apresenta o total de ativos financeiros de acordo com a classificação de risco de crédito.

| | BB | 2025 |
|---|--------------|--------------|
| Cotas de fundos de investimentos abertos | 3.281 | 3.281 |
| Exposição máxima de risco de crédito | 3.281 | 3.281 |
| Total circulante | | 3.281 |

C) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos ativos e passivos financeiros. Com relação aos eventos catastróficos, há também um risco de liquidez associado às diferenças de época entre os valores brutos de saídas de caixa e a expectativa de recuperação de valores de resseguro. A Companhia dispõe das seguintes práticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de liquidez: • O gerenciamento do risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui um nível de risco de liquidez tolerável para a Companhia; • A pertinência das práticas de acompanhamento do risco de liquidez e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente; • Estabelecimento de orientações sobre apropriações de ativos, estrutura de alçadas na carteira e perfis de vencimento dos ativos, de modo a assegurar a disponibilidade dos recursos suficientes para atender às obrigações previstas nos contratos de seguro e investimento; • A Companhia concentra seus investimentos em papéis de mercados ativos, possibilitando sua realização independente do vencimento escritural do título; • Os contratos de resseguro da Companhia possuem cláusulas de adiantamento de despesas para o pagamento de sinistros vultosos (cash calls); • Definição de planos para financiar contingências que especificam as proporções mínimas de recursos para atender às situações emergenciais, além de identificar de forma específica os eventos que podem recorrer a tais planos; • A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos, Asset Liability Management (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. A seguir, demonstramos os ativos e passivos financeiros da Companhia, por data de vencimento:

2025 até 1 ano 2025 1 a 5 anos 2025 Total

Ativos financeiros

| | | | |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Aplicações Financeiras | 3.368 | 2.100 | 5.468 |
| Títulos e créditos a receber | 24 | | 24 |
| Total ativos financeiros | 3.392 | 2.100 | 5.492 |

Passivos financeiros

| | | | |
|--------------------------------------|-----------|----------|-----------|
| Contas a pagar | 9 | | 9 |
| Provisões técnicas | 3 | | 3 |
| Total de passivos financeiros | 12 | - | 12 |

D) Riscos de mercado

Compreende três modalidades:

I) Risco taxa de câmbio (risco de moeda),

II) Risco taxa de juros e

III) Risco de preços.

O gerenciamento dos riscos de mercado inclui as seguintes práticas: • Definição da apropriação de ativos e da estrutura na carteira, visando assegurar que os ativos lastreiem passivos expostos ao risco de mercado, caso existam; • Concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa, de modo que a principal exposição ao risco nos investimentos é o risco sistêmico do país:

I - Risco de taxa de câmbio (risco de moeda): consiste no risco do valor justo ou dos fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilar devido a mudanças nas taxas de câmbio de moeda estrangeira. Sensibilidade à variação cambial: A carteira de investimentos da Companhia não estava exposta aos riscos decorrentes de variações cambiais em 31 de dezembro de 2025.

II - Risco de taxa de juros: o risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido às variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Companhia a risco de juros a valor justo. A política adotada para o risco de taxa de juros determina que a Companhia administre tal risco mantendo uma combinação adequada entre instrumentos a juros fixos e a juros variáveis. Sensibilidade à taxa de juros: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Foi utilizada como premissa a variação em 1% nos preços dos títulos públicos federais pós-fixados, considerando o impacto no valor das cotas dos fundos de investimento que integraram a carteira de ativos da Companhia durante o exercício de 2025. A supervisionada está em início de operação, e optou por não aplicar testes de sensibilidade.

III - Risco de preço: são os riscos do valor justo ou dos fluxos de caixa futuros, de instrumentos financeiros, oscilarem como resultado das alterações nos preços de mercado (que não são as que decorrem do risco de taxa de juros ou riscos cambiais), quer sejam essas alterações por fatores específicos do instrumento financeiro ou fatores que afetem todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado. Sensibilidade à taxa de inflação: A carteira de investimentos da Companhia não estava exposta aos riscos decorrentes de variações de inflação em 31 de dezembro de 2025.

E) Risco operacional: A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição,

fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de riscos operacionais na Companhia é realizada pelas áreas de negócio, pela unidade de gerenciamento de riscos e pela Diretoria, por meio da avaliação e melhorias dos procedimentos operacionais.

F) Risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo de atender aos requerimentos de capital mínimo, segundo critérios de exigibilidade de capital constantes da regulação aplicável ao mercado segurador, e para manter o retorno sobre o capital para os acionistas. A Companhia mantém níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme Nota Explicativa nº 13.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São considerados caixa e equivalentes de caixa as contas correntes mantidas junto as instituições financeiras, bem como as aplicações com prazo de vencimento inferior a 90 dias, em 2025 a Companhia não possuía saldo.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS




A) Carteira de aplicações por vencimentos

| Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado | | | Valor contábil / mercado | Participação % | Taxa de juros por papel a.a. |
|--|---------------|--------------------------|--------------------------|----------------|------------------------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | | | |
| Títulos de renda fixa | | | | | |
| Cotas de fundos de investimentos | 3.282 | | 3.282 | 97% | |
| Certificado de depósito bancário | 86 | | 86 | 3% | CETIP |
| Total | 3.368 | | 3.368 | 100% | |
| Ativos financeiros mantidos até o vencimento | | | | Participação % | Taxa de juros por papel a.a. |
| Até 1 ano | De 1 a 5 anos | Valor contábil / mercado | | | |
| Títulos de renda fixa | | | | | |
| Letra do tesouro nacional - LTN | | 2.100 | 2.100 | 100% | SELIC |
| Total | 0 | 2.100 | 2.100 | 100% | |

B) Hierarquia dos ativos financeiros

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

C) Movimentação dos títulos e valores mobiliários

| | Nível | 2024 | Aplicações | Resgates | Rendimentos | 2025 |
|---|-------|----------|--------------|---------------|--|--------------|
| Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| Títulos de renda fixa | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimentos | 1 | 0 | 3.277 | | 5  | 3.282 |
| Certificado de depósitos bancário | 1 | 0 | 2.200 | - 2.176 | 62  | 86 |
| Ativos financeiros mantidos até o vencimento | | | | | | |
| Títulos de renda fixa | | | | | | |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 1 | 0 | 2.063 | | 37  | 2.100 |
| Total | | 0 | 7.540 | -2.176 | 104 | 5.468 |

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Compreendem os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1 Composição de prêmios a receber por ramos e aging de créditos

Não há representação de prêmios dado que não constavam saldos a receber de prêmios emitidos em 31/12/2025.

7.1.1 Movimentação de prêmios a receber

| | Microseguros | Total (Prêmios a receber) |
|----------------------------|--------------|---------------------------|
| Saldo em 31/12/2024 | - | - |
| (+) Prêmios Emitidos | 41 | 41 |
| Recebimentos | (41) | (41) |
| Saldo em 31/12/2025 | 0 | 0 |

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

| | 2025 |
|--|-----------|
| Créditos a receber | |
| Créditos tributários e previdenciários | 24 |
| Total | 24 |
| Total circulante | 24 |
| Total não circulante | - |

8.1 Créditos tributários e previdenciários

| | 2024 | Constituição | Compensação | 2025 |
|---|----------|--------------|-------------|-----------|
| Créditos tributários a compensar / recuperar | | | | |
| Tributo e contribuições a compensar (I) | | 13 | | 13 |
| Prejuízos fiscais (II) | | 6 | (1) | 5 |
| Bases negativas (II) | | 7 | (1) | 6 |
| Total circulante | 0 | 26 | (2) | 24 |

I - Refere-se ao pagamento a maior de IRPJ e CSLL e Saldo Negativo de PIS e COFINS;

II - Créditos tributários provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda diferido e contribuição social base negativa. De acordo com o estudo realizado pela Companhia há expectativa de lucros tributáveis ao longo dos próximos anos de operação, possibilitando a compensação de 100% dos créditos tributários no período de 8 anos, conforme demonstrado no quadro abaixo. Tal expectativa está em consonância com o disposto na Circular SUSEP n° 648/21.

| | 2025 | 2026 |
|---|------|-------|
| Prejuízos fiscais | 11 | 0 |
| Compensação créditos tributários (30%) | - | 300 |
| % Consumido | - | 100% |
| Resultado gerencial projetado | - | 1.000 |
| Crédito tributário diferenças temporárias * | 0 | - |
| Expectativa de realização | - | 0 |

*O crédito tributário de diferenças temporárias é constituído por redução ao valor recuperável (RVR), provisão de despesas administrativas, cuja realização é de um ano, conforme nosso modelo de negócio

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos Grupo de ramos

O custo de aquisição apurado foi na linha de negócio de microsseguro e não representou valor relevante a ser demonstrado.

9.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

A Companhia apurou o custo de aquisição no ano e não ocorreram liquidações de parcela a pagar.

10. CONTAS A PAGAR

Os principais saldos de contas a pagar são compostos por:

| | 2025 |
|--------------------|----------|
| Fornecedores | 7 |
| Dividendos a pagar | 2 |
| Total | 9 |

11. PROVISÕES TÉCNICAS

As Provisões* técnicas estão indicadas nas tabelas abaixo da seguinte maneira: PPNG - Provisão de prêmios não ganhos; PSL - Provisão de sinistros a liquidar; IBNR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados e PDR - Provisão de despesas relacionadas.

11.1 Provisões técnicas

| Grupo de ramos | IBNR | Total |
|----------------------------|----------|----------|
| Microseguros | 3 | 3 |
| Total | 3 | 3 |
| Circulante 2025 | | |
| Não Circulante 2025 | | |

11.1.1 Movimentação das provisões técnicas

| Movimentação | IBNR | Total |
|-----------------------------|----------|----------|
| (+/-) Constituição/reversão | 3 | 3 |
| Saldo 31/12/2025 | 3 | 3 |

Desenvolvimento do sinistro ocorrido no ano:

| | 2025 |
|--|----------|
| Incorrido (+) IBNR | |
| Até a data-base | 3 |
| Posição em 31/12/2025 | 3 |
| Pago Acumulado | |
| Provisão de sinistros em 31/12/2025 | 3 |
| Sobra / falta acumulada (R\$) | - |
| Sobra / falta acumulada (%) | - |

11.2 Garantia de provisões técnicas

| | 2025 |
|---|--------------|
| Letras do tesouro nacional - LTN | 2.100 |
| Total dos ativos dados em garantia (A) | 2.100 |
| Provisões técnicas | 3 |
| Total a ser coberto (B) | 3 |
| Excedente de ativos vinculados (A) - (B) | 2.097 |

Para garantia das provisões técnicas, as seguintes parcelas do ativo da Companhia estavam retidas ou vinculadas à SUSEP ("ativos garantidores das provisões técnicas"):

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 5.454,545, dividido em 5.454.545 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Sendo que do montante informado a importância de R\$ 3.254.545 foi integralizada em 22/12/2025 e encontra-se em aprovação pela SUSEP, conforme legislação vigente.

12.2 Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas:

(I) pela reserva legal em valor correspondente a 5% do lucro líquido auferido pela Companhia, após a absorção dos prejuízos acumulados e

(II) pela reserva estatutária constituída pelo saldo remanescente do lucro do exercício após as destinações legais, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, salvo se a Assembleia Geral lhe der outra destinação.

12.3 Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

12.4 Distribuição do resultado do exercício

Em conformidade com a legislação vigente, em 31 de dezembro de 2025 a distribuição do resultado líquido anual da Companhia era a seguinte:

| | 2025 |
|---|----------|
| Lucro/Prejuízo líquido do exercício | 6 |
| Saldo líquido de lucros/prejuízo do exercício após compensação de prejuízos | 6 |
| Constituição da reserva legal (5%) | - |
| Saldo líquido de lucros/prejuízo do exercício antes da distribuição de dividendos mínimos obrigatórios | 6 |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%) | 2 |
| Constituição da reserva estatutária | 4 |

13. ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

| | 2025 |
|---|----------------|
| Patrimônio líquido | 5.459 |
| Ajustes contábeis | |
| (-) Créditos tributários | (10) |
| Ajustes associados à variação dos valores econômicos | (10) |
| Patrimônio líquido ajustado total | 5.449 |
| Capital base (CB) (a) | 2.032 |
| Capital de risco (CR) (b) | 811 |
| Capital de risco de subscrição | 3 |
| Capital de risco de crédito | 266 |
| Capital de risco de mercado | 701 |
| Capital de risco operacional | 1 |
| Benefício da diversificação | (160) |
| Capital mínimo requerido (CMR) = valor maior entre (a) e (b) | 2.032 |
| Suficiência de capital (PLA-CMR) | 3.417 |
| Suficiência de capital (% PLA/CMR) | 268,16% |

Com a publicação da Resolução CNSP nº 388/2020, que entrou em vigor a partir de 1º de outubro de 2020, e estabeleceu a segmentação no mercado segurador, a Companhia está enquadrada no Segmento 4 (S4).

Para o fechamento de 31 de dezembro de 2025, o capital base da Companhia é de R\$ 2.032 e o Capital de Risco é de R\$ 270, o que resulta em um Capital Mínimo Requerido de R\$ 2.032.

13.1 Teste de Adequação do Passivo (TAP)

A supervisionada por estar classificada como S4, está desobrigada a realizar o Teste de Adequação de Passivos na data de 31 de dezembro de 2025.

14. ÍNDICES OPERACIONAIS

14.1 Sinistralidade e Índice de Comercialização

| Grupo de ramos | Prêmio ganho | Sinistros ocorridos | Sinistralidade (%) | Custos de Aquisição | Comercialização (%) |
|-------------------|--------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| 2025 | | | | | |
| Microseguros | 41 | 3 | 7,32% | 0 | 1,00% |
| Total 2025 | 41 | 3 | 7,32% | 0 | 1,00% |

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

| 15.1 Prêmios | 2025 |
|-------------------------|-------------|
| Prêmios emitidos direto | 41 |
| Prêmios ganhos | 41 |

| 15.2 Sinistros ocorridos | 2025 |
|---------------------------------|-------------|
| Variação da Provisão de IBNR | (3) |
| Total | (3) |

| 15.3 Despesas administrativas | 2025 |
|--------------------------------------|-------------|
| Serviços de terceiros | (17) |
| Localização e funcionamento | (6) |
| Donativos e contribuições | (4) |
| Outras | (3) |
| Total | (30) |

| 15.4 Despesas com tributos | 2025 |
|-----------------------------------|--------------|
| COFINS | (7) |
| PIS | (1) |
| Taxa de fiscalização | (127) |
| Total | (135) |

| 15.5 Resultado financeiro | 2025 |
|---|-------------|
| Receitas | |
| Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado | 62 |
| Títulos mantidos até o vencimento | 68 |
| Oscilação valor de quotas de fundos de investimentos | 5 |
| Outras receitas financeiras | 1 |
| Total das receitas | 136 |
| Despesas | |
| Total das despesas | - |
| Total | 136 |

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

| Descrição | Imposto de renda 2025 | Contribuição social 2025 |
|--|-----------------------|--------------------------|
| Resultado antes dos impostos e participações | 8 | 8 |
| Lucro após as participações | 8 | 8 |
| Exclusão da CSLL | 1 | |
| Lucros antes da CSLL | 9 | 8 |
| Base de cálculo | 9 | 8 |
| Base de cálculo após compensação | 9 | 8 |
| Receita / (Despesa) do ano corrente | 1 | 1 |
| Alíquota efetiva corrente | 11,11% | 12,50% |

17. TESTE DE SENSIBILIDADE

A Supervisionada está em início de operação, e não possui elementos mínimos para aplicação de qualquer teste de sensibilidade.

Belo Horizonte (MG), 31 de dezembro de 2025

DIRETORES

Weberton Luiz Gonçalves Eller
Diretor Presidente

Paulo Cesar de Carvalho Dias
Diretor

CONTADOR

Mariana da Mota Valdiero de Azevedo
Contador CRC/RJ 102375/O S/SP

ATUÁRIO

Fábio da Silva Teixeira
Atuário MIBA 1451

AOS
DD. DIRETORES DA
VOLTS SEGURADORA S.A.
BELO HORIZONTE -MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da VOLTS SEGURADORA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VOLTS SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à VOLTS SEGURADORA S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Conforme nota explicativa nº 1. Contexto operacional - A VOLTS Seguradora S.A. ("VOLTS" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechada, inscrita no CNPJ sob o nº61.563.788/0001-39, e está estabelecida na R PARAIBA, 330 – ANDAR 21 – FUNCIONARIOS – Belo Horizonte/MG, CEP 30130-917. Foi constituída em 02 de julho de 2025, sob a forma de sociedade anônima. A Companhia obteve autorização para operar como seguradora de danos e pessoas em todo o território nacional por meio da Portaria DIORE/SUSEP nº 002, de 02 de julho de 2025, atuando nos ramos não vida e vida. As operações

de comercialização de seguros efetivamente iniciaram. Desta forma as demonstrações não estão apresentadas de forma comparativa. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a este assunto.

Conforme nota explicativa nº 12.1 Capital social - Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 5.454,545, dividido em 5.454.545 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Sendo que do montante informado a importância de R\$ 3.254.545 foi integralizada em 22/12/2025 e encontra-se em aprovação pela SUSEP, conforme legislação vigente. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da VOLTS SEGURADORA S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da VOLTS SEGURADORA S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da VOLTS SEGURADORA S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a VOLTS SEGURADORA S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da VOLTS SEGURADORA S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis.
- Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da VOLTS SEGURADORA S.A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da VOLTS SEGURADORA S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a VOLTS SEGURADORA S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 26 de fevereiro de 2026.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/O S MG
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603 S MG
CNAI N° 1128
Sócio - Responsável Técnico



Parecer dos atuários auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da

Volts Seguradora S.A.

Belo Horizonte - MG

CNPJ: 61.563.788/0001-39

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Volts Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Volts Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com



resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Volts Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Volts Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Volts Seguradora S.A. e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026

Cristina Mano
Atuário - MIBA 900
Cantanhede Mano Consultoria em Atuária Ltda, CIBA 176
CNPJ Nº 14.635.306/0001-29
Rua Sacopã 61 apt 202
Lagoa, Rio de Janeiro, RJ Cep: 22.471-180



**Anexo I do parecer dos atuários auditores independentes
(A publicação deste anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)**

| Provisões Técnicas | Em Reais (R\$) |
|---|-----------------------|
| <i>Provisão de Prêmios Não Ganhos</i> | 0 |
| <i>Provisão de Sinistros a Liquidar</i> | 0 |
| <i>Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados</i> | 2.903 |
| <i>Provisão de Despesas Relacionadas</i> | 0 |
| <i>Provisão Complementar de Cobertura</i> | 0 |
| Total de Provisões Técnicas | 2.903 |

| Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas | Em Reais (R\$) |
|---|-----------------------|
| <i>Direitos Creditórios</i> | 0 |
| <i>Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG</i> | 0 |
| <i>Ativos de Resseguro Redutores de PPNG</i> | 0 |
| <i>Ativos de Resseguro Redutores de PSL</i> | 0 |
| <i>Ativos de Resseguro Redutores de IBNR</i> | 0 |
| <i>Ativos de Resseguro Redutores de PDR</i> | 0 |
| Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas | 0 |
| Total a ser coberto | 2.903 |

| Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido | Em Reais (R\$) |
|---|-----------------------|
| <i>Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)</i> | 5.449.101 |
| <i>Capital Base (b)</i> | 2.032.000 |
| <i>Capital de Risco – Subscrição (c)</i> | 3.584 |
| <i>Capital de Risco – Crédito (d)</i> | 265.692 |
| <i>Capital de Risco – Operacional (e)</i> | 556 |
| <i>Capital de Risco de Mercado (f)</i> | 700.907 |
| <i>Redução por Correlação dos Riscos (g)</i> | -159.506 |
| <i>Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)</i> | 811.232 |
| Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h) | 2.032.000 |
| Suficiência do PLA (a) – (i) | 3.417.101 |